

Demarcação de reservas

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, encerrou sexta-feira passada uma maratona europeia de defesa do decreto que revê a demarcação de terras indígenas no Brasil. A ação serviu para levar esclarecimento diretos a respeito das intenções do governo brasileiro, intenções aliás, distorcidas por algumas organizações não governamentais no exterior, como se aqui fosse terra de ninguém e que a qualquer momento organismos internacionais mudar as coisas por aqui ao seu bel prazer.

Jobim esteve nas Nações Unidas, em Genebra, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, na Alemanha e na Inglaterra. Em Londres, o ministro se reuniu com representantes de dezoito organizações não-governamentais e defendeu a necessidade do decreto 1775, como uma fórmula para evitar o risco de serem julgadas inconstitucionais as demarcações realizadas durante o governo Fernando Collor.

O ministro assegurou às autoridades internacionais que são aceitas com absoluta tranquilidade essas posições de desconfiança, argumentando que é difícil convencer a comunidade internacional do discurso de um novo governo após dois mil anos de exploração dos índios.

O que vai acontecer é que até o fim do ano, como garante o ministro da Justiça, vamos ter medidas sérias sobre a comunidade indígena e o Palácio do Planalto vai fazer questão de mostrar que se está lidando com um governo democrático, transparente e que tem compromisso constitucional. O argumento deixa claro que o feito anterior, do governo Collor descumpriu todas as formalidades e atropelou a própria Constituição brasileira.

As Organizações Não Governamentais que defendem os direitos dos índios, condenam duramente o decreto desde que foi assinado pelo presidente Fernando Henri-

que Cardoso, em janeiro deste ano, alegando que estimula invasões de terras já demarcadas. Estas ONGs querem do governo brasileiro a definição de um prazo final para as demarcações e temem que o julgamento de 156 reclamações de posse de terra possam adiar todo o processo.

O governo garante que está cumprindo todas as formalidades que lhes são asseguradas pela lei maior, isto é, a Constituição. Desta forma, não alterará em nada o que já foi determinado, não adiantando a pressa exigida pelas ONGs. Jobim tem mostrado que o decreto 1775 é claro e não atropela nenhuma exigência e deixa vez para que todas as partes envolvidas tenham condições de expressar sua opinião.

Próximo dia oito, conforme o decreto, termina o prazo para a apresentação do contraditório à Fundação Nacional do Índio - Funai que, a partir de então terá os mesmos 60 dias que tiveram fazendeiros, governos, etc., para apresentar a tréplica aos relatórios que lhes foram entregues. A palavra final ficará com o Ministério da Justiça que porá um fim à questão.

O ministro, ao final de toda a maratona de conversações ficou com a certeza de que não conseguiu acalmar a polêmica instalada no seio da comunidade internacional. Valeu a intenção. No entanto, em alguns casos pode até haver o acirramento de ânimos. Agora isso começa a desaparecer como tema no momento que começam os resultados da política governamental de demarcação de terras indígenas, como garante o ministro Nelson Jobim.

Dos 93 milhões de hectares de áreas indígenas estabelecidas pelo governo Collor, apenas 27 milhões de hectares foram preservados pelo novo decreto. Segundo Jobim, desde o começo do ano outros três milhões de hectares foram demarcados e dois milhões de hectares identificados.